

REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S/A

Companhia aberta – em recuperação judicial

CNPJ/MF nº 33.412.081/0001-96

NIRE 33.300128514

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 2018**

ÍNDICE

MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA:

Em Assembleia Geral Ordinária

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016;
2. Fixar o número de membros do Conselho de Administração; e
3. Eleger os membros do Conselho de Administração

ANEXOS À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO:

ANEXO I: COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

ANEXO II: ITENS 12.5 A 12.10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

A Companhia deixa de apresentar o Anexo9-1-II (Destinação de Resultados) em razão de ter apurado prejuízo no exercício social encerrado em 31/12/2016.

Senhores Acionistas,

A Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. - Em recuperação judicial - com sede na Avenida Brasil, 3141, no município e Estado do Rio de Janeiro, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código RPMG3, sendo controlada pela Xoroque Participações S.A., companhia de capital fechado, vem apresentar a V.Sas. a presente proposta da administração ("**Proposta**" ou "**Proposta da Administração**") a ser submetida à deliberação pelos acionistas reunidos na Assembléia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, em 01 de junho de 2018, às 17 horas, na sede social da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. ("**Companhia**"), situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Avenida Brasil, 3141.

Em Assembleia Geral Ordinária

- 1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016;**

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, já divulgados nos *websites* da CVM e da B3, por meio do Módulo IPE do Sistema Empresas.NET, bem como publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Comercial, foram elaboradas em conformidade com as normas e padrões contábeis e de acordo com as rotinas e procedimentos internos usuais da Refinaria Manguinhos.

Adicionalmente, para a adequada análise e ponderação dos acionistas sobre as Demonstrações Financeiras e as contas dos administradores, nos termos do inciso III do artigo 9º da Instrução CVM 481, são disponibilizados os comentários da administração sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em

31.12.2016, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, no Anexo XIII à presente Proposta.

Observa-se, ainda, que o auditor, Sr. Nelson de Almeida Costa emitiu parecer com opinião favorável à aprovação das Demonstrações Financeiras. No parecer, Nelson de Almeida Costa concluiu que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A ressalva do parecer de Nelson de Almeida Costa foi no sentido de que, exceto pelos potenciais efeitos não conhecidos dos eventos indicados em sua ressalva, as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes e de acordo com as regras contábeis aplicáveis, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados em 31.12.2016.

Observado o disposto acima, a administração acredita que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada nesta data a situação financeira e os resultados das operações da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, propõe aos acionistas a sua aprovação na AGO.

2 - Fixar o número de membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 9º e seguintes do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros efetivos, com prazo de gestão de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

A administração propõe que o conselho de administração da Companhia para o mandato a se iniciar após a assembleia geral seja composto por 3 (três) membros.

3 Eleger os membros do Conselho da Administração

O acionista controlador da Companhia, propôs à administração da Companhia a indicação dos seguintes membros para compor o Conselho de Administração:

Nome	Cargo
Jorge Luiz Cruz Monteiro	Presidente e Membro do Conselho de Administração da Companhia
Ronaldo de Almeida Nobre	Membro efetivo do Conselho de Administração
Simone Zontak Flit	Membro efetivo do Conselho de Administração

Dessa forma, a administração da Companhia propõe a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia:

(i) Sr. JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO, brasileiro, químico industrial, separado judicialmente, portador da cédula de identidade nº 03211928, expedido pelo CRQ – 3ª Região, inscrito no CPF/MF sob o nº 723.515.007-68, residente e domiciliado à Rua Michael Faraday, nº 125, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, eleito como Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia **(ii) Sr. RONALDO DE ALMEIDA NOBRE**, brasileiro, engenheiro, divorciado, portador da cédula de identidade nº 129.890, expedida pelo Ministério da Aeronáutica, inscrito no CPF/MF sob o nº 037.382.057-72, residente e domiciliado à Rua Senador Vergueiro, nº 35, apto. 703, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, eleito como Membro Efetivo do

Conselho de Administração da Companhia; e **(iii) Sra. SIMONE ZONTAK FLIT**, brasileira, administradora, divorciada, portadora da cédula de identidade RG nº 37.656.700-4 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 078.644.327-86, residente e domiciliada à Rua Custódio Serrão, 53, apto. 502, Lagoa, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, eleita como Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

A administração esclarece que, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481, as informações relativas à experiência profissional dos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo II à Proposta, conforme itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.

..*.*

Por fim, a administração esclarece que as propostas acima expostas, constantes do edital de convocação da AGO, serão submetidas aos acionistas da Companhia na AGO, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 01 de junho de 2018, às 17 horas, na sede social da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. (“Companhia”), situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Avenida Brasil, 3141.

Rio de Janeiro/RJ, 30 de abril de 2018.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO
Diretor Presidente

ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10. Comentários dos Diretores

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas neste item 10.1, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Em virtude do Decreto nº 43.892 de 15 de outubro de 2012, através do qual o Governador do Estado do Rio de Janeiro declarou de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel da Companhia, localizado na Avenida Brasil, nº 3.141, Rio de Janeiro – RJ, as operações da Companhia foram drasticamente impactadas. Tais dificuldades foram relatadas no parecer de auditoria quanto ao atraso dos impostos correntes e parcelados desde o referido decreto.

b. Estrutura de capital:

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital consolidada da Companhia representativa do padrão de financiamento de suas operações:

ESTRUTURA DE CAPITAL

(em milhões de Reais)

	2014	2015	2016
Capital de Terceiros (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante)	1.425.955	1.942.983	2.779.928
Passivo à Descoberto	(1.107.593)	(1.573.988)	(2.139.203)
PASSIVO TOTAL	318.362	368.995	640.725
Capital de Terceiros / Passivo Total	448%	527%	434%
Passivo à Descoberto / Passivo Total	-348%	-427%	-334%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Em 21 de janeiro de 2013, a Companhia ingressou com Pedido de Recuperação Judicial com o objetivo de viabilizar o pagamento de um passivo gerado devido aos danos causados: (a) pelo anúncio do Decreto Estadual Expropriatório, contra o qual a Companhia continua buscando respaldo do Poder Judiciário; e (b) pela política de subsídios ao preço da gasolina praticada pelo Governo Federal;

A Companhia reitera sua confiança no Poder Judiciário e destaca que sua localização estratégica, tanto para a produção, como para a importação de derivados, a levará a superar esse momento delicado, registrando, em especial, que o mercado de combustíveis vem, reiteradamente, demandando maiores volumes de produção e importação de derivados de petróleo.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

A grande parte do volume do passivo circulante, fornecedores, impostos e taxas a recolher e dentre outros passivos, são elementos que financiavam os ativos operacionais da Companhia.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Vide comentário em 10.1 (d).

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamentos relevantes:

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia, bem como o saldo de cada um ao final de cada período, estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
<i>Contratos Vencidos ou com Vencimento nos Próximos 12 Meses</i>			
Empréstimos e Financiamentos Bancários para Capital de Giro (R\$)	18.424	24.746	21.079
Contrato de Mútuo (R\$)	1.567	1.567	1.567
Circulante (R\$)	19.991	26.313	22.646
Empréstimos e Financiamentos c/ Pessoa Jurídica para Capital de Giro (R\$)	15.650		
Empréstimos e Financiamentos Bancários para Capital de Giro (R\$)	11.879	19.706	19.706
Não Circulante (R\$)	27.529	19.706	19.706
Total do Endividamento Financeiro (R\$)	47.520	46.019	42.352
Total do Ativo (R\$)	640.725	368.995	318.362
Total do Endividamento Financeiro (R\$)	7,40%	12,50%	13,30%

Os Diretores da companhia comentam que a redução do endividamento líquido da companhia de 2016 em relação ao valor de 2015 decorreu, principalmente, pelo aumento significativo do valor Total do Ativo.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

A Companhia não mantém outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas descritas acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas:

Atualmente as dívidas contraídas pela Companhia possuem perfil similar, não indicando grau de subordinação entre elas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

A Companhia em virtude dos prejuízos acumulados nos exercícios anteriores e conseqüentemente pelo passivo a descoberto, não distribuirá dividendos, enquanto apresentar o prejuízo acumulado, conforme determinação da Lei nº 6.404/1976 - Lei das Sociedades por Ações.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Com relação à Controladora, a Companhia atualmente mantém limites de capital de giro contratados com instituições financeiras.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Os Diretores da companhia comentam que as informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

As alterações ocorridas nos itens das demonstrações contábeis estão refletidas nos Comentários abaixo depois do balanço patrimonial e demonstração do resultado.

QUADRO 1

REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 31 DE DEZEMBRO 2015 E 31 DE DEZEMBRO 2014

(Em milhares de reais)

	CONSOLIDADO			2016 x 2015		2015 x 2014	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	R\$	%	R\$	%
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	(3)	57	1.370	(60)	(105%)	(1.313)	(96%)
Contas a Receber	233.349	43.541	18.352	189.808	436%	25.189	137%
Impostos a Recuperar	9.834	14.363	12.916	(4.529)	(32%)	1.447	11%
Estoques	111.275	33.155	25.040	78.120	236%	8.115	32%
Adiantamento a fornecedores	47.421	5.601	3.529	41.820	747%	2.072	59%
Outras contas a receber - Brickell Fomento	-	-	-	-	0%	-	0%
Outras contas a Receber - Yield Field(B.Guarita)	46.712	44.679	38.777	2.033	5%	5.902	15%
Título a Receber - Precatório	795	23.436	1.561	(22.641)	(97%)	21.875	1401%
Outros Ativos Circulantes	587	601	77	(14)	(2%)	524	680%
	449.970	165.433	101.622	284.537	172%	63.811	63%
NÃO CIRCULANTE							
Realizáveis a Longo Prazo							
Despósitos Judiciais	12.275	8.009	7.717	-	0%	-	0%
Impostos a Recuperar	5.234	5.234	5.234	4.266	53%	292	4%
Contas a Receber	7.593	7.374	-	-	0%	(0)	(0%)
Compensações Ativas	-	-	-	219	3%	7.374	0%
AFAC - aumento de capital	6.177	6.177	7.138	-	0%	-	0%
	31.279	26.794	20.089	4.485	17%	6.705	33%
Permanente							
Investimentos	1	1	1	(0)	(33%)	0	49%
Imobilizado	159.475	176.767	196.650	(17.292)	(10%)	(19.883)	(10%)
Intangível	-	-	-	-	0%	-	0%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	190.755	203.562	216.740	(12.807)	(6%)	(13.178)	(6%)
TOTAL DO ATIVO	640.725	368.995	318.362	271.730	74%	50.633	16%

QUADRO 1

REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 31 DE DEZEMBRO 2015 E 31 DE DEZEMBRO 2014

(Em milhares de reais)

	CONSOLIDADO			2016 x 2015		2015 x 2014	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	R\$	%	R\$	%
PASSIVO							
CIRCULANTE							
Fornecedores	22.816	21.595	63.803	1.221	6%	(42.208)	(66%)
Empréstimos e Financiamentos	19.992	26.313	22.646	(6.321)	(24%)	3.667	16%
Obrigações Tributárias	1.887.657	875.822	309.917	1.011.835	116%	565.905	183%
Obrigações Trabalhistas e Sociais	2.939	2.612	1.489	327	13%	1.123	75%
Adiantamento de Clientes	0	39.345	290	(39.345)	(100%)	39.055	13467%
Outras Contas a Pagar	19.347	3.682	1.348	15.665	425%	2.334	173%
	1.952.751	969.369	399.493	983.382	101%	569.876	143%
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e Financiamentos	27.529	19.706	19.706	7.822	40%	0	0%
Adiantamento de clientes	-	-	-	-	0%	-	0%
Provisões para Contingências	144.467	879.027	895.725	(734.560)	(84%)	(16.698)	(2%)
Compensações Passivas	-	-	-	-	0%	-	0%
Impostos, Taxas e Contribuições	629.891	54.081	89.458	575.810	1065%	(35.377)	(40%)
Outras Contas a Pagar	167	35	2.640	132	383%	(2.605)	(99%)
Passivo a Descoberto Controladas	25.123	20.765	18.933	4.358	21%	1.832	10%
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	0%	-	0%
AFAC	-	-	-	-	0%	-	0%
	827.177	973.614	1.026.462	(146.437)	(15%)	(52.848)	(5%)
	(1.376)	(1.208)	(1.140)	(170)	14%	(68)	6%
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS							
PASSIVO A DESCOBERTO							
Capital Social	208.714	208.713	208.713	1	0%	(0)	(0%)
Reservas de Capital	19.528	19.528	19.528	-	0%	(0)	(0%)
Ajuste Avaliação Patrimonial	79.930	90.151	100.372	(10.221)	(11%)	(10.221)	(10%)
Adiantamento para Futuro Aumento	-	-	-	-	0%	-	0%
Prejuízos Acumulados	(2.445.997)	(1.891.172)	(1.435.066)	(554.825)	29%	(456.106)	32%
	(2.137.825)	(1.572.780)	(1.106.453)	(565.045)	36%	(466.327)	42%
TOTAL PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	640.725	368.995	318.362	271.730	74%	50.633	16%

Exercício Social de 2016 x Exercício Social de 2015

ATIVO

Variação do Contas a Receber:

Os Diretores comentam que o crescimento da carteira de recebíveis se deu pela mudança na política de negociação da Companhia com clientes que, para ganhar mercado, passou a conceder maiores prazos.

Variação do Estoque:

O crescimento do Estoque de 2016 em relação à 2015 é decorrente da implementação de políticas rigorosas de estoques mínimos e de segurança visando garantir baixo risco de desabastecimento.

Variação Adiantamento a Fornecedores – Circulante:

A dificuldade na obtenção de crédito junto à fornecedores, em decorrência da sua condição financeira fragilizada, mencionada no ítem 10.1 (a), e consequente pedido de recuperação judicial, obrigam que a empresa realize aquisições de produtos e serviços, com pagamento antecipado.

PASSIVO

Variação Obrigações Tributárias – Circulante:

Reclassificação das contingências tributárias, transferidas da rubrica Provisões para Contingências (Não-Circulante), bem como o reconhecimento de multas e correções incorridas.

Variação Impostos, Taxas e Contribuições – Não-Circulante:

Adesão ao Parcelamento Lei 7.166/15: Instituído pelo Governo Estadual do Rio de Janeiro, no qual a Companhia ingressou com os valores pendentes de recolhimento até a data base de 30 de outubro de 2015 e valores que estavam em discussão judicial.

Exercício Social de 2015 x Exercício Social de 2014

Os Diretores da companhia entendem que não existem alterações significativas nos itens das demonstrações financeiras do referido período.

10.2. Resultados das operações

a. Resultados das operações, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Individualmente, o produto mais importante em termos de geração de receita nos exercícios sociais de 2016, 2015 e 2014 foi a Gasolina A. A Companhia observou um aumento dos volumes de vendas em 2016, se comparado com 2015, decorrentes da comercialização, no mercado interno, de produtos derivados de petróleo, resultantes do processamento em sua planta industrial das matérias-primas importadas, bem como a aquisição no mercado interno de suas correntes.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Os Diretores da companhia comentam que os principais fatores que impossibilitaram a melhora do resultado operacional de 2016 em comparação a 2015, foi provocada por:

- A variação na incidência composta do ICMS-Próprio e ICMS-ST sobre as vendas
- Acréscimo nas despesas tributárias em decorrência de autuações ou pela adesão à programas de recuperação fiscal ou de anistias estaduais;

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

A Companhia não teve variações de receita que pudessem ser atribuídas a quaisquer dos eventos relacionados acima.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia:

Os Diretores da Companhia comentam houve melhoras no resultado financeiro decorrentes de variação cambial sobre adiantamento à fornecedores, e em decorrência da mudança da política de descontos sobre a venda da Gasolina A.

10.3. Eventos com efeitos relevantes ocorridos ou esperados nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional:

Não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não houve nenhuma alteração na participação societária da Companhia.

c. Eventos ou operações não usuais:

A Companhia não teve eventos ou operações não usuais.

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis e Ressalvas e ênfases no parecer do auditor:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis:

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve alterações das práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Ressalvas:

A Companhia esclarece que a ressalva apontada pelo auditor é especificamente ligada à postergação do recolhimento das obrigações trabalhistas e fiscais atrasadas e correntes, pela falta de liquidez da Companhia, observada desde a desapropriação das instalações industriais

pelo Governo do Estado de Rio de Janeiro, e que também contribuiu diretamente para o pedido de recuperação judicial; e também na necessidade de aprimoramento nos controles internos no que tange os itens do Ativo Imobilizado.

Abaixo, transcreve-se o parágrafo "Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias" do Relatório de Revisão Especial sobre as demonstrações financeiras com data base de 31 de dezembro de 2016.

"Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

a. Conforme apresentado na nota explicativa 15 a Companhia, vem postergando o recolhimento das obrigações trabalhistas e fiscais atrasadas e correntes em decorrência do decreto datado de 15 de Outubro de 2012 de desapropriação do Governador do Estado do Rio de Janeiro sobre as instalações operacionais, instabilidade política e deterioração do desempenho da economia, que em 31 de dezembro de 2016 apresentava os montantes de R\$ 1.829.647mil e R\$ 1.887.657mil devidamente atualizados monetariamente na controladora e consolidada, respectivamente.

b. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº13, a Companhia possui registrado na rubrica contábil "Imobilizado" os montantes líquidos de depreciação de R\$ 5.415mil e R\$ 4.348mil na controladora, referentes a máquinas e equipamentos e equipamentos de armazenagem sobre os quais necessitam de controles internos mais adequados para nos permitir concluir sobre a apresentação dos saldos. Desta forma, não foi possível, nas circunstâncias, concluirmos sobre a adequação do saldo líquido do ativo imobilizado no ativo não circulante, bem como determinar os possíveis efeitos da depreciação no resultado e patrimônio líquido social em 31 de dezembro de 2016."

Ênfases:

O déficit entre o Ativo e o Passivo Circulante da Companhia foi objeto do parágrafo de ênfase quanto à continuidade operacional da Companhia, por levantar a possibilidade de incerteza de liquidez.

"Ênfase - Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional

A Companhia apresenta déficit de R\$ 565.113mil em 31 de dezembro de 2016, e naquela data, o passivo circulante da Companhia excedia o ativo circulante em R\$1.442.213mil e R\$1.502.781mil na controladora e controlada, o patrimônio líquido era negativo em R\$2.154.065mil e estava inadimplente com as obrigações fiscais. Essas condições, juntamente com o fato de que a Companhia e suas controladas estarem em processo de recuperação judicial, conforme descrito na nota explicativa 1.1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto."

Ainda como Ênfase, o auditor independente menciona o atraso na quitação de parcelas do REFIS, por suscitar a exclusão da Companhia no programa.

"Ênfase - Incerteza relacionada à continuidade no parcelamento especial - REFIS

Conforme descrito na nota explicativa nº 15 (a), a Companhia realizou adesão dos saldos remanescente dos Programas REFIS, PAES, PAEX E PARCELAMENTOS ORDINÁRIOS - ART. 3º -

DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS da Lei nº 11.941, de 2009. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta parcelas em atraso, cuja falta de pagamento de 3 (três) prestações, consecutivas ou não, desde que vencidas em prazo superior a 30 (trinta) dias ou de, pelo menos, 1 (uma) prestação, estando pagas todas as demais, implicará rescisão do parcelamento. Como consequência, não foi possível, nas circunstâncias, efetuar procedimentos de auditoria que nos possibilitassem opinar quanto à adequação dos referidos saldos contábeis, bem como avaliar os impactos nas demonstrações contábeis.”

Por fim, os Diretores reforçam que as normas e práticas de auditoria geralmente aceitas pedem que o auditor adote uma posição conservadora em relação a problemas que indiquem dificuldades na continuidade normal dos negócios da entidade sob sua análise. Esta posição conservadora se traduziu em comentários técnicos específicos no parecer dos auditores independentes para o período findo em 31 de dezembro de 2016.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia:

A preparação das demonstrações contábeis requer, por parte da Administração da Companhia, o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

Os Diretores comentam que as demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo **International Accounting Standards Board – (IASB)** para as demonstrações individuais e consolidadas em todos os aspectos técnicos de provisões, contingências, reconhecimento de receitas, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; e v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos:

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía quaisquer outros passivos ou operações não registrados nas demonstrações financeiras para financiar suas operações. A Companhia não possuía subsidiárias nas quais detém participação majoritária ou controle sobre suas operações que não estejam incluídas nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.7. Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; (b) natureza e o propósito da operação e; (c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Os Diretores esclarecem que a Companhia não teve itens não evidenciados que possam ser atribuídos a quaisquer dos eventos relacionados acima.

10.8. Plano de Negócios:

(a) Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

A Companhia antes do decreto de desapropriação estava reativando as unidades de processo e finalizando a recuperação completa de seu parque de tanques de armazenamento de petróleo e derivados. Em virtude desse decreto todos os investimentos e negócios relacionados a Companhia foram paralisados pela Administração no intuito de minimizar os impactos no resultado da Companhia.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

Não houve qualquer divulgação nesse sentido.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Os Diretores comentam que a Companhia não teve o desenvolvimento ou lançamento de novos produtos.

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional:

Os Diretores comentam que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos tópicos acima.

**ANEXO II - ITENS 12.5 A 12.10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM
Nº 480, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009**

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela: a. nome; b. data de nascimento; c. profissão; d. CPF ou número do passaporte; e. cargo eletivo ocupado; f. data de eleição; g. data da posse; h. prazo do mandato; i. outros cargos ou funções exercidos no emissor; j. se foi eleito pelo controlador ou não; k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência; l. número de mandatos consecutivos; m. informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal, ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome	CPF	Data de Nascimento	Profissão
Ronaldo de Almeida Nobre	037.382.057-72	13/12/1943	engenheiro e economista
Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato
Membro do Conselho de Administração	10/07/2015	10/07/2015	02 anos
Outros Cargos ou Funções Exercidos no Emissor	Foi Eleito pelo Controlador?	É membro independente?	Número de Mandatos Consecutivos
N/A	Sim	Não	2
Experiência Profissional			
Ronaldo Nobre é formado em engenharia pelo ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica e em economia pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro, com pós graduação pel Nothwestern University em Chicago. Atua como membro do Conselho de Administração da Refinaria de Petróleos de Manguinhos desde 2013, sendo que, atualmente, não ocupa cargos em em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.			
Declaração de Eventuais Condenações			
Ronaldo não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, e nenhuma condenação transitada em julgado, para a prática de suas atividades profissionais.			

Nome	CPF	Data de Nascimento	Profissão
Jorge Luiz Cruz Monteiro	723.515.007-68	25/10/1962	engenheiro
Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato
Membro do Conselho de Administração	13/06/2012	13/06/2012	02 anos
Outros Cargos ou Funções Exercidos no Emissor	Foi Eleito pelo Controlador?	É membro independente?	Número de Mandatos Consecutivos
Diretor Presidente	Sim	Não	3
Experiência Profissional			
Jorge tem mais de 30 anos de experiência na área química, possui formação técnica e superior em Química pela UFRJ, além de especialização em Administração e em Química e mestrado em Engenharia de Polímeros, também na UFRJ. Escola Têc. Federal de Química do RJ 1981-1986. Química Industrial - 1986-1990 (FRNL-IME). Escola de Eng ^a Química UFRJ - 1986. Especializações : COPPE AD 1998-1999.UFRJ Química Mestrado 2006-2007. FGV-PETROBRÁS Gerenciamento Projetos Ênfase em Planejamento 2007-2008, sendo que, atualmente, ocupa cargos na Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. (administrador); Manguinhos Distribuidora S.A. (diretor); e Brickell B Fomento S.A. (diretor).			
Declaração de Eventuais Condenações			
Jorge não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, e nenhuma condenação transitada em julgado, para a prática de suas atividades profissionais.			

Nome	CPF	Data de Nascimento	Profissão
Simone Zontak Flit	078.644.327-86	01/04/1975	administradora de empresas
Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato
Não ocupa cargo eletivo	***	***	02 anos
Outros Cargos ou Funções Exercidos no Emissor	Foi Eleito pelo Controlador?	É membro independente?	Número de Mandatos Consecutivos
N/A	***	Não	***
Experiência Profissional			
Formada em Administração de Empresas pela Universidade Candido Mendes, trabalhou 10 anos no Grupo Ediouro onde exerceu cargo de confiança na equipe de um dos acionistas tendo se envolvido no planejamento estratégico e execução de diversos projetos relevantes.			
Declaração de Eventuais Condenações			
Simone não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, e nenhuma condenação transitada em julgado, para a prática de suas atividades profissionais.			

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Nome	Participação na Reuniões (%)
Jorge Luiz Cruz Monteiro	100
Ronaldo Nobre	100

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutário

Não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não há.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;

Não Aplicável